

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0004750-11.2012.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Servidão Administrativa**
 Requerente: **Copel Geração e Transmissão Sa**
 Requerido: **Maria Catharina Cavichioli Valério e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. ingressou com ação de constituição de servidão administrativa com pedido de imissão provisória na posse em face de **ESPÓLIO DE ILDO VALÉRIO**, representado pela inventariante **MARIA CATARINA CAVICHIOLI VALÉRIO**, alegando, em síntese, que lhe foi outorgada concessão pública para instalação de linha de transmissão de energia e que não logrou compor-se com o réu para a constituição de servidão – que se mostra imprescindível – no imóvel de propriedade do requerido. Sustenta que o valor da indenização devida corresponde a R\$ 34.249,91, tendo em vista a limitação que a área sofrerá. Pede a concessão de liminar de imissão na posse e a procedência da ação, com a instituição da servidão administrativa sobre o imóvel.

Tutela provisória concedida a fl. 52 e cumprida a fl. 56.

Depósito judicial a fl. 59.

Manifestação da ré informando a extinção do inventário, bem assim do espólio.

Pedido de alteração do polo passivo deferido a fl. 101.

Citados, os requeridos apresentaram contestação (fls. 114/125) pugnando pela procedência da ação com a condenação da autora ao pagamento de justa indenização.

Houve réplica (fls. 222/228).

O feito foi saneado (fls. 230/231).

Laudo pericial às fls. 254/270

Encerrada a instrução, as partes manifestaram-se em alegações finais (fls. 370/372 e 379/380).

É o relatório.

DECIDO.

A pretensão merece parcial procedência.

A autora alegou que para a implantação de linha de transmissão de energia é necessária a utilização de área de propriedade do réu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O laudo pericial baseou-se em oferta de mercado do valor de terra, apurando o montante de R\$ 139.481,22 para a área de servidão em questão (fl. 270), com o qual a autora concordou expressamente a fl. 371.

De outro lado, os requeridos postulam o acolhimento do parecer elaborado pelo assistente técnico que indicaram, o qual aponta indenização de R\$ 205.091,26 (fls. 363 e 320/339).

Não existe critério matemático e apriorístico para considerar o valor da indenização pela instituição de servidão administrativa em percentual fixo do valor de avaliação do bem. A indenização requer análise caso a caso e tem por parâmetro as efetivas restrições e prejuízos que o proprietário deve suportar em decorrência da constituição da servidão.

Nesse sentido: *DESAPROPRIAÇÃO DIRETA c.c. SERVIDÃO DE PASSAGEM – Indenização – Adoção pelo juízo monocrático do valor da perícia judicial – Possibilidade – Laudo escoreito que encontrou o valor com base em estudo comparativo – Presunção de imparcialidade – Perícia equidistante dos interesses das partes e não infirmada pelos recorrentes – Precedentes desta e. Corte – Sentença mantida - Apelo impróprio.* (Relator(a): Rubens Rihl; Comarca: Barueri; Órgão julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 07/06/2016; Data de registro: 13/06/2016)

Destarte, de acordo com a perícia realizada, é incabível a indenização sugerida pelos requeridos.

Razoável a adoção do percentual apurado, de forma fundamentada, pelo perito, tendo por parâmetro as restrições de uso ao imóvel servindo, chegando-se à indenização final de R\$ 139.481,22, sendo este o valor indenizável.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para declarar constituída em favor da autora a servidão administrativa da passagem mencionada na inicial, mediante o pagamento de indenização no valor de R\$ 139.481,22.

Sobre eventual diferença entre os valores da indenização definitiva e do depósito prévio realizado pela expropriante incidirá: a) correção monetária, pelos índices da Tabela Prática para Cálculos Judiciais divulgada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo a partir da citação até o efetivo pagamento; b) juros de mora, de 6% (seis por cento) ao ano, a contar do trânsito em julgado da sentença (Súmula 70 do STJ) até o efetivo pagamento; c) juros compensatórios de 12% (doze por cento) ao ano, a contar da imissão da autora na posse do imóvel (Súmulas 618 do STF e 69 do STJ) até o efetivo pagamento, cumuláveis os juros moratórios e compensatórios (Súmula 12 do STJ).

Sucumbente que é, pois o requerido aquiesceu com a instituição da servidão, apenas impugnando o valor ofertado, arcará a autora com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 10% do valor da condenação.

Caso haja interposição de apelação, oportunizada a apresentação de contrarrazões, remetam-se os autos à Superior Instância com as nossas homenagens.

P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 13 de junho de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA